

PAPEL DA FILOSOFIA NA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO

ANDRÉ FRANCO MONTEIRO
Doutor em Filosofia
Professor Universitário
Senador da República

PAPEL DA FILOSOFIA

Terá a filosofia algum papel a desempenhar na atual luta pelo desenvolvimento, em que se empenham as nações do mundo contemporâneo?

A pergunta poderá parecer absurda para os que tiverem da filosofia o conceito de um saber universal e abstrato, desligado de quaisquer implicações históricas, sociais e concretas.

Pelo contrário, essa questão se impõe como básica para aqueles que vêem na filosofia uma reflexão em profundidade sobre os problemas do homem e sua circunstân-

cia. E uma das características da filosofia contemporânea é, precisamente, a adoção de uma perspectiva sociológica e histórica, graças à qual começam a ser analisadas as condições sociais da vida humana, que haviam sido, em regra, abstraídas pelas filosofias do passado.

Dentro dessa perspectiva, pode e deve ser colocada a questão: qual o papel que a reflexão filosófica poderá ter na luta pelo desenvolvimento?

**DESEN-
VOLVIMENTO:
PROBLEMA
CENTRAL**

O desenvolvimento é o grande problema que hoje desafia o mundo, dividido entre nações poderosas, em crescimento rápido, e nações pobres, em estagnação ou progresso lento. Quem o reconhece é a própria ONU, que, por decisão unânime, denunciou a gravidade e extensão do problema, e para caracterizar seu caráter prioritário, denominou os anos de 1960 a 1970 a "Década do Desenvolvimento". Decorrido esse período e verificada a persistência do problema, que continua a desafiar a capacidade dos organismos nacionais e internacionais, fixou-se o mesmo objetivo fundamental para os próximos dez anos, designados pela ONU como a "Segunda Década do Desenvolvimento" — (1970 a 1980).

**FILOSOFIA
E DESENVOLVI-
MENTO**

Qual o papel que a filosofia poderá ter em face desse problema central do mundo contemporâneo?

A primeira contribuição da filosofia poderá ser a própria definição de desenvolvimento, pois este, envolvendo aspectos econômicos, sociológicos, políticos e culturais, exige, para sua caracterização, uma visão mais ampla do que a simples consideração setorial da economia, da sociologia, da política, da ética ou de outras ciências da cultura. A conceituação ampla do desenvolvimento é uma tarefa da filosofia. Por isso, podemos falar de uma "filosofia do desenvolvimento", cuja reflexão compreenderá pelo menos:

a) o estudo dos pressupostos filosóficos do desenvolvimento;

b) a conceituação do processo de desenvolvimento em seu sentido mais amplo;

c) a caracterização e análise de aspectos fundamentais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento nos diferentes campos da cultura.

PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS DO DESENVOLVIMENTO

É VÁLIDO O DESENVOLVIMENTO?

Uma das contribuições da filosofia para a análise do problema do desenvolvimento é, sem dúvida, a reflexão sobre os pressupostos fundamentais desse processo.

É válido e desejável o desenvolvimento?

Não, respondem as principais concepções ou filosofias do oriente e suas continuadoras no pensamento grego-romano.

Sim, é a resposta bíblica, inspiradora das filosofias judaica e cristã.

Realmente, as cosmovisões orientais, essencialmente imobilistas, conduzem a uma atitude incompatível com a idéia de desenvolvimento.

BRAMANISMO

Para o velho bramanismo e seus múltiplos sistemas, a realidade fundamental é Brahma, potência e realidade suprema, que informa e rege todas as coisas. O mundo dos fenômenos é pura ilusão. A meta final de toda aspiração humana é a perda da individualidade própria e o eterno retorno a Brahma.

BUDISMO

Na mesma linha, a concepção budista pode ser sintetizada nas "quatro verdades sublimes", em cujo descobrimento consistiu a grande revelação de Budha, o antigo Príncipe Sidharta;

1º) a dor é universal;

2º) a origem da dor é o desejo da existência;

3º) o fim da dor é a supressão do desejo, o aniquilamento da existência, o "nirvana", estado final de extinção completa do ser, única felicidade a que deve aspirar o homem;

4º) o meio de libertação da dor é a contemplação da verdade universal das coisas e a prática da mortificação.

CONFÚCIO

E a filosofia de Confúcio, representativa das tradicionais concepções chinesas, afirma a importância fundamental da "lei do dever", que, na sua imutabilidade, regula todas as relações particulares e públicas, individuais e sociais.

Diante dessas concepções imobilistas, que ligam o destino humano a um retorno inalterável e eterno, torna-se sem sentido qualquer idéia de desenvolvimento e progresso.

MITO DO ETERNO RETORNO

Essas concepções prolongam-se no pensamento grego e romano, como o mostram, entre outros, os estudos de MIRCEA ELIADE, sobre "O mito do eterno retorno" (1), P. DUHEM, sobre "O sistema do mundo" (2) e, entre nós, ADOLPHO CRIPPA, sobre "Humanismo e desenvolvimento" (3), obra premiada pelo Departamento de Cultura do Estado, da qual, por sua importância e oportunidade, transcrevemos algumas citações.

GREGOS

EUDEMO dizia que, segundo os pitagóricos, "eu lhes narrarei a mesma história com o mesmo bastão na mão, e vocês estarão sentados, como estão agora, e todas as coisas se verificarão do mesmo modo" (4).

NEMÉSIO, expondo o pensamento dos estóicos afirma: "Haverá outra vez um Sócrates e um Platão, como também cada um dos homens que com eles viveram, e os mesmos amigos e concidadãos. Todos eles terão as mesmas experiências... e isso não acontecerá uma só vez, mais muitas vezes, ou melhor, esse processo de repetição não terá fim" (5)

HESIODO distingue cinco idades do mundo, dentro da mesma visão regressiva: "a idade do ouro, na qual a piedade, a justiça e a paz dominavam a convivência dos homens; na idade da prata, estas virtudes desapareceram, porque os homens se revoltaram contra si mesmos, numa interminável guerra de extermínio; na idade "heróica", o processo se detém, porquanto nas guerras, os heróis triunfam; na quinta idade, a do ferro, nenhuma virtude nem dignidade subsiste". (6)

**O CÓDIGO
DE MANU**

O Código de Manu refere-se às idades do mundo, que se sucedem em ritmo de degradação e corrupção desde a idade do ouro, de plena felicidade, até a presente idade do ferro, onde reinam o sofrimento e a miséria.

**CONCEPÇÃO
BÍBLICA E
CRISTÃ:
"SUJEITAI
A TERRA"**

Profundamente distinta é a concepção cósmica que decorre da Bíblia e foi sendo desenvolvida pelo pensamento cristão. Deus atribui ao homem a grande missão de dominar e transformar a natureza: "Sujeitai a terra" (*Gênesis* 1,29)

Como observa DANIELOU, o mundo da natureza é dado ao homem para que ele o ponha a seu serviço. Deus criou o homem para cultivar a terra (*Gen* 2.6). Assim surge um traço fundamental da antropologia bíblica: nada é mais conforme à vocação bíblica do homem do que o trabalho, pelo qual ele transforma o mundo material. Nesse sentido, diríamos que nada é mais bíblico do que a técnica. O seu desenvolvimento está perfeitamente conforme aos *desígnios de Deus*, mesmo quando ela é obra de homens que nele não crêem" (7).

No mesmo sentido, afirma MARITAIN; o "sujeitai a terra" surge como um dos fins naturais da história do mundo (8). E o Concílio Vaticano II: "Quando cultiva a terra com o trabalho de suas mãos ou por meio da técnica, para que ela produza frutos e se torne uma habitação digna da família humana, e quando participa conscientemente da vida dos grupos sociais, o homem realiza o plano de Deus, manifestado no início dos tempos, que é o de dominar a terra e completar a criação" (9).

**FAMÍLIA
HUMANA****IDÉIA DE
DESENVOLVI-
MENTO E
CONSCIÊNCIA
CRISTÃ**

Após a consideração desses textos e tendo presente a idéia de que, na cosmovisão bíblica e cristã, a humanidade constitui uma única família, assim conclui o citado estudo de A. CRIPPA: "A consciência ocidental foi formada por tais idéias. Pode-se dizer que, hoje, em todo o mundo a consciência dos homens as aceita e vive delas, pelo menos implicitamente. Pode-se, por isso, falar em "consciência humana" alicerçada em tais idéias. Elas são certamente os pilares da idéia de progresso e desenvolvimento, enquanto processo que se prolonga de um início fixo, a um fim necessário, envolvendo todos os homens, dos primeiros aos derradeiros. O fato de esta idéia ter sido estruturada filosoficamente na época do iluminismo racionalista não muda a

situação determinada por tais dados fundamentais. Os iluministas, inicialmente, e os marxistas, depois, beberam tais idéias com o leite da cultura que os gerou e alimentou. A idéia de progresso, tal como foi formulada no ocidente e hoje é compartilhada em todo o mundo, não podia ter surgido dentro das mundividências pré-cristãs e extra-bíblicas. É fruto da visão do mundo e da história que se configurou inicialmente na consciência do povo hebreu, por obra da Revelação, e foi formulada em termos cada vez mais explícitos na vivência e na reflexão cristãs" (10).

CONCEITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

CONCEITO

Outra contribuição da filosofia para o problema do desenvolvimento será a conceituação desse processo.

ECONÔMICO

Evidentemente, o desenvolvimento não se limita ao simples crescimento econômico. O aumento da riqueza de um país pode concentrar-se em mãos de pequenos grupos ou setores, e ser acompanhado da miséria de grandes massas. Ninguém ousaria qualificar esse processo como de desenvolvimento.

SOCIOLÓGICO

Com o propósito de corrigir e ampliar esse conceito, a análise integrada do desenvolvimento tem sido ensaiada por sociólogos, que procuram substituir a perspectiva econômica por outra de natureza sociológica. Sob esse aspecto, o desenvolvimento se caracteriza como transição dos tipos de "sociedades tradicionais" para as "sociedades modernas" (11).

FILOSÓFICO

É possível ampliar, ainda mais, o campo desse estudo. A essa conceituação econômica e sociológica do desenvolvimento têm sido opostas críticas, fundamentadas em diferentes filosofias da vida. MARCUSE, pretendendo representar o inconformismo das novas gerações, denuncia na moderna sociedade industrial e de consumo a imposição de um tipo de homem unidimensional e desumano. LEBRET, incorporando os conceitos econômicos e sociológicos de desenvolvimento, dentro de uma perspectiva humanista, define esse processo como "a passagem, para cada um, de condições de vida menos humanas para condições mais humanas". Só é desenvolvimento autêntico aquele que atinge "o homem todo" e "todos os homens". Dentro dessa perspectiva coloca-se o conceito de JOÃO XXIII: "quando as estruturas e o funcionamento de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, enfraquecem o sentido de sua responsabilidade ou impedem seu poder de iniciativa, esse sistema é injusto,

O HOMEM TO- DO E TODOS OS HOMENS

ainda mesmo que a produção atinja altos níveis (desenvolvimento econômico) e seja distribuída conforme as normas da justiça e equidade (desenvolvimento social)". "A justiça deve ser respeitada não só na distribuição da riqueza, mas também nas estruturas econômicas, em que se desenvolve a atividade produtiva. É exigência da própria natureza que os homens, no exercício de sua atividade produtiva, encontrem a possibilidade de atuar com responsabilidade pessoal e aperfeiçoar o próprio ser". (12)

PARTICIPAÇÃO

A luz de uma filosofia humanista, só é autêntico desenvolvimento aquele que é feito com a participação consciente e pessoal dos homens que integram a comunidade. Não se trata apenas de um desenvolvimento **para** os homens, mas também, **pelos** homens. Não basta dar a todos uma parcela dos bens produzidos. A condição e a dignidade do homem não são respeitadas se ele se limita a receber passivamente os benefícios do Estado, de organismos internacionais, da empresa ou de outras entidades. Porque o homem não é simples "objeto", mas "sujeito" e "agente" da vida social.

SUPERAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

No próprio conceito de desenvolvimento, insere-se, portanto, a exigência de iniciativa e participação ativa, e, conseqüentemente, de superação das condições de simples subordinação e dependência. O que vale para os homens e as nações. É preciso não esquecer que, historicamente, a situação de subdesenvolvimento liga-se à relação entre "colônias" e "metrópoles" ou, em acepção mais ampla, à relação entre "sociedades periféricas" e "sociedades centrais".

Por isso, o processo de desenvolvimento, sob muitos aspectos, confunde-se com o de superação da dependência, nos planos político, econômico e cultural. Nesse sentido, desenvolvimento é processo de crescimento interno, fundamentalmente autônomo.

Cada nação precisa adquirir capacidade técnica, científica e cultural, para analisar com competência própria seus verdadeiros problemas e tomar, ela mesma, as decisões fundamentais que orientarão o seu destino. O desenvolvimento depende da capacidade de cada país para tomar decisões que sua situação requer. Não existe qualquer processo de vasos comunicantes, que permita a uma nação desenvolver outra.

CULTURA NACIONAL

Aqui se coloca, dentro de cada país, a importância fundamental do saber — filosófico, científico, técnico e artístico — para a promoção e sustentação do desenvolvimento nacional.

ASPECTOS INTELECTUAIS DO SUBDESENVOLVIMENTO O COLONIALISMO CULTURAL

COLONIALIS- MO CULTURAL

Com razão, HELIO JAGUARIBE, colocou como epígrafe em seu estudo sobre a "Filosofia no Brasil", as seguintes palavras de ALBERTO ZUM: "Nosso problema agora é outro. Trata-se de superar a condição de colonialismo cultural, em que temos vivido até hoje, para assumir a autonomia e a responsabilidade de uma elaboração própria".

Essa superação da dependência cultural e a elaboração de um pensamento próprio sobre os nossos verdadeiros problemas é exigência fundamental do desenvolvimento, pois este, depende da capacidade de cada país para tomar as decisões que sua situação requer.

E a tarefa da filosofia a esse respeito consiste, em primeiro lugar, em despertar a consciência do problema. Existe realmente entre nós esse colonialismo ou dependência cultural no campo da ciência, da técnica, das artes, da filosofia? Tal situação impede ou dificulta nosso desenvolvimento? É possível superá-lo?

ALGUNS DE- POIMENTOS

Ouçamos de início alguns depoimentos:

É de GILBERTO AMADO, a seguinte página da "História de minha infância": — "A esse tempo, isto é, há sessenta anos, o Brasil não produzia um metro de seda, um sapato, um novelo de linha; tudo vinha do estrangeiro. Nos caixões nomes indecifráveis para mim. Calçado só inglês, fazenda de senhora, merinó, gorgorão; xales de lã, a seda persa, a roupa dos homens, no clima tropical, feita de tecido inglês, para a Inglaterra invernos. Perguntome: como aguentavam o calor? As senhoras, quando tiravam as sapatinas, usavam em casa pantufos de lã tufada como se estivessem na Sibéria. Anos depois ainda vi, no Rio, Quintino Bocaiuva à porta do Watson, à esquina da rua do Ouvidor, de sobrecasaca de fazenda pesada e luvas. Quando olho uma fotografia de José do Patrocínio, noto a gola "croisé" e me pergunto como podia o tribuno suportar nos discursos do Recreio Dramático, na campanha abolicionista aquele abafamento no corpo? Imagino, os rios de suor correndo; suo com ele. Em Pernambuco, nós estudantes da Faculdade, envergávamos fraques, redingotes. Na Rosa dos Alpes, loja de Castro e Silva, vejo à porta um médico conhecido, Arthur Costa, de cartola lustrosa como as que vi depois na Europa, no inverno. O senador Rosa e Silva só andava de cartola; à redação do "Diário de Pernambuco"; Aníbal Freire não chegava senão de fraque e cartola. Como suportávamos isto? Tudo vinha do estrangeiro, os hábitos principalmente. Salvo gente do povo, nunca vi, em Pernambuco, no meu tempo, ninguém de roupa leve". (p. 40).

**OLIVEIRA
VIANA**

No mesmo sentido são as observações de OLIVEIRA VIANA, sobre o *colonialismo cultural*: “No Brasil, cultura significa expatriação intelectual. O brasileiro, enquanto é analfabeto, raciocina corretamente e, mesmo inteligentemente, utilizando o material de observações e experiências feitas sobre as coisas que estão ao redor dele e ao alcance dos seus sentidos e sempre revela inalterável fundo de sensatez. Dêem-lhe, porém, instrução, façam-no aprender o francês; levem-no a ler a *História dos Girondinos*, de Lamartine, no original — e então já não é o mesmo. Fica “homem de idéias adiantadas”, cai numa espécie de êxtase e passa a peregrinar — em imaginação por “todos os grandes centros da civilização e do progresso”. Se, acordando-o da hipnose, damos-lhe um safanão e desfechamos à queimadura uma pergunta concreta e precisa sobre as possibilidades da siderurgia no Brasil, ou sobre o valor seletivo do zebu na pecuária do Triângulo, ele nos olha atônito, num estado de imbecilização sonambúlica, ou então, entra a dizer coisas disparatadas sobre rebanhos ingleses e australianos; ou desenvolve, um pouco confusamente, os primeiros capítulos de uma *filosofia das aplicações do ferro na economia contemporânea*. Sobre o “nosso” problema siderúrgico ou sobre o “nosso” problema pecuário ele nada dirá, porque nada sabe, nem mesmo poderá saber, dado este estado particular do seu espírito”. (13)

**AFONSO
ARINOS**

Essa dependência cultural é assim descrita por AFONSO ARINOS: — “Tão grande era a fascinação que as idéias e a literatura da França exerciam sobre o Brasil, no século passado e no começo deste, que o processo de rebeldia contra nossos hábitos mentais começava sempre por uma rebeldia contra a influência francesa. Os grandes homens que queriam marcar uma liderança original principiavam por se afastar da incrível rotina francesa. Tobias Barreto foi levado aos seus “*Estudos Alemães*” para destacar-se do conformismo ambiente. Sua atitude era mais ditada por ódio ao oficialismo intelectual afrancesado do Brasil, do que por verdadeira originalidade de espírito. Com Rui Barbosa a rebeldia antifrancesa era herdada do pai (...) na casa paterna se familiarizou com as leituras inglesas, embora fosse o francês o “exclusivo pão espiritual” da mocidade brasileira. Mas estas excessões confirmavam a regra. E a regra era a vassalagem intelectual à França. Era a existência desta espécie de imigração intelectual”.

**CAIO PRADO
JUNIOR**

O fenômeno não é apenas de ontem, nem se refere somente às concepções antiquadas ou conservadoras. CAIO PRADO JUNIOR, cuja liderança intelectual no movimento marxista brasileiro é incontestável, dedicou grande parte de seu estudo: “*A Revolução Brasileira*” à denúncia do transplante de conceitos como “*estrutura feudal*”, a figura

do "camponês" e outros tipos, válidos para o quadro europeu observado por MARX, mas inteiramente estranhos à realidade brasileira. (14)

PRESIDENTE NIXON

Do lado americano, não é menos franco o reconhecimento e a denúncia de soluções transplantadas e igualmente inadequadas à nossa realidade. Foi esse o sentido do famoso discurso do Presidente Nixon, que, em fevereiro de 1970, definiu a nova política externa dos Estados Unidos. Comentando esse discurso, o Embaixador daquele país no Brasil, Sr. BURKE ELBRICK, assim se expressou: "O Presidente Nixon deixou bem claro que os Estados Unidos, em suas relações com a América Latina, passarão a adotar uma atitude diferente. Não vamos dizer a ninguém como resolver seus próprios problemas. Devem existir soluções locais e não solução "made in U.S.A.". (Revista "Veja" nº 4, de março de 1970, p. 5). Donde se conclui que, até essa data, tais soluções constituíam procedimento usual. . .

SEMANA DE ARTE MO- DERNA

E os exemplos poderiam ser multiplicados numa pesquisa histórica de nossas idéias e outras manifestações culturais (15). Contra essa vassalagem nos diversos campos da cultura — explodiu, em 1922, a famosa "Semana de arte moderna", quando o país comemorava o Centenário de nossa Independência.

SUPERAÇÃO DO COLONIA- LISMO PELA REFLEXÃO CRÍTICA

E aqui se situa o papel insubstituível da Filosofia, como reflexão crítica e em profundidade sobre os diferentes setores de nossa cultura.

Não se trata, evidentemente, de desprezar os estudos, as reflexões e os conhecimentos elaborados em quaisquer épocas ou em qualquer parte do mundo. Em todo problema há aspectos universais e reflexões, cuja validade não está limitada por fronteiras ou épocas. Mas as questões concretas apresentam sempre uma caracterização diferenciada e própria. E, se a sabedoria deve voltar-se para a vida real e esclarecê-la, não podemos nos contentar com a repetição de princípios e reflexões, divorciadas da realidade concreta ou elaboradas em função de situações que não são as nossas. Como diz ORTEGA Y GASSET, não viemos à vida para dedicá-la ao exercício intelectual, mas, vice-versa, temos que exercitar nosso intelecto, pensar, ter idéias sobre o que nos rodeia, mas tê-las de verdade, isto é, ter as nossas".

ESQUEMAS, TESTES E CRITÉRIOS ESTRANHOS À NOSSA REALIDADE

Os problemas brasileiros possuem realidade própria e exigem soluções e métodos de estudos adequados a essa realidade. Não podemos estudar nosso processo de desenvolvimento econômico e social empregando esquemas europeus ou norte-americanos (16). Não podemos aplicar à criança ou à juventude brasileira testes de PIAGET elaborados

CINEMA

com bases nas crianças francesas. Não podemos estudar os problemas da mortalidade no Brasil, fundados em critérios e dados de pesquisa realizada em outros países. Não podemos aceitar, sem preocupações e resistências, a invasão *dominadora de um cinema estrangeiro, divorciado de nossos problemas, a nos apontar realidades e valores que não são nossos, a dificultar a tomada de consciência de nossa situação real e gerar atitudes de alienação e de fuga.* E, principalmente, não podemos continuar importando passivamente tecnologias estrangeiras para nosso desenvolvimento, sem disciplinar seu aproveitamento e adaptação e planejar sua substituição por processos nacionais. Enquanto não tivermos *uma tecnologia brasileira, adaptada a nossa realidade e elaborada por nós mesmos, continuaremos a ser dependentes e caudatários de outras economias. O exemplo do Japão, nesse sentido, é impressionante.* Mediante um meticuloso trabalho de estudo e adaptação das tecnologias estrangeiras às condições e necessidades do país, o Japão vem elaborando sua própria tecnologia. E, nos últimos dez anos, conforme relatório oficial da ONU, dispôs 2.141 processos técnicos de fabricação, importado dos Estados Unidos, 381 da Alemanha Ocidental, 268 da Suíça, 94 da Inglaterra, 118 da França, 86 da Suécia e 44 da Itália.

TÉCNOLOGIA**RECEBER A
CONTRIBUIÇÃO
EXTERNA COM
ESPIRITO CRÍTICO
E ELABORAÇÃO
PRÓPRIA**

Evidentemente, não se trata de rejeitar a contribuição técnica, científica ou filosófica de procedência externa. Mas, sim, de evitar recebê-la sem espírito crítico e elaboração própria. *O que se impõe é recusar o puro transplante e realizar um esforço de reflexão em profundidade sobre as implicações sócio-culturais das doutrinas, concepções, hábitos, processos e métodos de qualquer origem.* E, principalmente, sem desprezar a contribuição cultural externa, levar a efeito um trabalho de elaboração própria e de reflexão crítica sobre nossos problemas e nossas realidades.

Esse trabalho só pode ser feito pelos próprios brasileiros ou por aqueles que, integrados em nosso meio, tenham “a vivência e a consciência de nossos problemas”. Essa reflexão crítica sobre os aspectos fundamentais de nossa cultura é uma das grandes tarefas da Filosofia em nossos dias. Essa é a principal responsabilidade dos que se disponham a contribuir para o desenvolvimento do país, no plano difícil, mas fundamental, da construção de uma cultura brasileira, em seus múltiplos aspectos.

**EM LUGAR DE
SIMPLES AS-
SIMILAÇÃO**

Esse objetivo não será alcançado se continuarmos a ensinar e estudar filosofia empregando os métodos usuais de simples assimilação de doutrinas e sistemas. Ninguém adquire competência ou formação filosófica pelo fato de conhecer tais doutrinas.

REFLEXÃO EM PROFUNDIDADE SOBRE NOSSOS PROBLEMAS

O importante é desenvolver o espírito crítico e a capacidade de reflexão em profundidade em todos os setores de nossa cultura.

A focalização de temas brasileiros e a reflexão em profundidade sobre as questões básicas de nossa realidade cultural, no campo da educação, da sociologia, da economia, da política, do direito, da técnica, das artes, etc. representam um passo necessário para a superação de colonialismo cultural e elaboração de um autêntico pensamento filosófico no Brasil.

CONCLUSÕES

Algumas conclusões sintetizam o presente trabalho:

1. como reflexão em profundidade sobre os problemas fundamentais do homem em suas circunstâncias concretas, a filosofia tem, hoje, um papel a desempenhar na luta pelo desenvolvimento, que é o problema fundamental em que se empenham, em nossos dias, os homens e as nações;

2. o desenvolvimento pressupõe uma filosofia de progresso e transformação do mundo, tal como decorre do ensinamento bíblico e cristão e é recusado pelas filosofias imobilistas do oriente;

3. ampliando o conceito econômico e sociológico de desenvolvimento, uma filosofia humanista o conceitua como a passagem para níveis mais humanos de vida, abrangendo o "homem todo" e "todos os homens"; dentro desse conceito, destaca-se a exigência de "participação ativa" no processo de desenvolvimento, em oposição à mera recepção passiva de benefícios;

4. nesse sentido, o desenvolvimento depende da capacidade de cada país para tomar decisões que sua situação requer, o que exige a superação da condição de dependência ou subordinação de tipo colonial, no plano político, econômico ou cultural;

5. essa capacidade de tomar decisões próprias evidencia a importância fundamental de uma cultura nacional no campo filosófico, científico, técnico e artístico para a promoção e sustentação do desenvolvimento;

6. as manifestações do chamado "colonialismo cultural" representam aspectos de subdesenvolvimento e dependência, nos diversos planos do saber, de que são exemplos a cultura alienada de nossa elite, o transplante inadequado de doutrinas, métodos e técnicas, a invasão maciça do cinema estrangeiro, etc.;

7. sem desprezar o aproveitamento inteligente das contribuições externas, é preciso recebê-las dentro de uma clara consciência de que somente uma cultura autenticamente nacional permitirá a tomada de decisões próprias e adequadas ao verdadeiro desenvolvimento do país.

NOTAS

1. ELIADE, Mircea, *Le mythe de l'éternel retour*. Gallimard, 1949. "O homem antigo não conhece ato que não tenha sido posto e vivido anteriormente por outros. O que ele faz já foi feito. Sua vida é a repetição ininterrupta de gestos feitos por 'outros" (p. 18-19); "o mito do eterno retorno, possui o sentido de uma *suprema* tentativa de estabilização do vir-a-ser, de anulação de irreversibilidade do tempo" (p. 184).
2. DUHEN, P., *Le système du monde*, Paris, 1913, Vols. I e II. "A visão natural e cíclica do tempo não é exclusiva da cultura helênica e latina. Encontra-se em antigas culturas da China, Mesopotâmia, Índia e outras.
3. CRIPPA, Adolpho, *Humanismo e desenvolvimento*, S. Paulo, 1972 (edição preliminar). O autor contrapõe o "tempo da natureza" das antigas concepções ao "tempo histórico ou humano", da concepção bíblica e cristã. "O tempo da natureza, no qual o homem estava inserido, é cíclico e regressivo. Dia, noite; primavera verão, outono, inverno; nascimento, crescimento, velhice, morte; o eterno retorno da vida à semente. O tempo da natureza se repete indefinidamente, retornando sobre seus passos, sem realizar progresso algum". — "Na concepção bíblica o tempo é afirmado como um valor e um valor sagrado, porque o tempo de salvação. O tempo deixa de ser mera referência externa e dimensional, para transformar-se em consciência e em valor, porquanto nele realiza-se o plano da salvação. Em lugar dos arquétipos surgem personagens históricos em vez de categorias, sempre repetíveis, impõem-se acontecimentos únicos irrepetíveis. Em consequência, não há necessidade de fugir ao tempo concreto. Pelo contrário, a salvação reside numa inserção consciente no tempo, demarcação natural das responsabilidades e deveres".
4. EUDEMUS, *Fragmento 51*
5. NEMESIUS, *De natura hominis*, 38
6. HESÍODO, *Os trabalhos e os dias*, 109-196
7. DANIELOU, J. *No princípio*, Vozes, 1966, p. 46-47
8. MARITAIN, J. *Sobre a Filosofia da História*, Herder, S. Paulo, 1962, p. 126.
9. Constituição *Gaudium et spes*, nº 57.
10. Obra citada, p. 48
11. CARDOSO; Fernando H. e FALETTO, Enzo, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Ensaio de interpretação Sociológica, Zahar, Rio, 1970, p. 16-17
12. Encíclica *Mater et Magistra*
13. *Instituições Políticas Brasileiras*, p. 15-16. "Justamente por isto é que eu cheguei a convicção de que os homens da elite intelectual do Brasil, podem ser enquadrados, mui legitimamente, dentro da grande categoria dos "homens marginais" da classificação de PARK. Porque — com o tipo de Park — vivem todos eles entre duas "culturas": uma — a do seu povo, que lhes forma o subconsciente coletivo; outra a européia ou norteamericana, que lhes dá as idéias, as diretrizes do pensamento, os paradigmas constitucionais, os critérios do julgamento político".
14. Eis alguns trechos desse estudo: — "No Brasil a teoria da evolução — se elaborou sem considerações adequadas dos fatos". "Teoria decalcada sobre modelos estranhos e completamente alheados da realidade do país". "É isso que fazem,

quando prefixam para todo e qualquer país uma etapa "feudal" que existiu na Europa precedendo o "capitalismo" — Porque isso ocorreu na Europa, não se pode legitimamente "concluir que se deva dar em outros lugares". "Os documentos publicados pelo Bureau Internacional Comunista (note-se de passagem que o eram sempre em espanhol), evidenciam o mais completo desconhecimento do Brasil, e chega-se a pensar que não colaboraram nele representantes brasileiros. Em todo caso, se os havia, sua presença não se fez notar, pois os disparates no que se refere às nossas coisas são em demasia. Assim, num documento que teve grande importância na determinação da linha política nos partidos comunistas sul-americanos, publicado em 1933, sob o título "Por um viraje decisivo en el trabajo campesino", aparecem afirmações verdadeiramente assombrosas a respeito do nosso país. Referindo-se, por exemplo, aos grandes produtos de exportação que fundamentavam a economia brasileira, alinham-se aí, a par do café (até aí iam os conhecimentos do Bureau a cerca do Brasil), a borracha (que em 1933 tinha uma expressão mínima, quase nula) e o arroz, cujo papel no conjunto da economia brasileira era também então insignificante. E esquece-se completamente o cacau, que nem é referido, e que, além de ser o segundo produto da exportação brasileira, depois do café, tem expressão econômica considerável. "Respeitando o velho esquema original traçado na base da experiência européia, e sem maior indagação erigida em lei geral da moderna fase evolutiva de todas e quaisquer sociedades humanas continuou-se a falar no Brasil daquela revolução democrática burguesa destinada a eliminar os "restos feudais" supostamente presentes em nosso país. O fato contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como "restos feudais". Para haver restos, haveria por força de preexistir a eles um sistema "feudal", semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo, em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado. E por mais que se queira enquadrar o nosso caso não se consegue mais que uma grosseira caricatura que os fatos ocorrentes em nosso país se recusam terminantemente a reproduzir. Em nossas origens históricas, aliás tão próximas dos dias de hoje, e que podemos acompanhar como em livro aberto, sem mistérios, não encontramos o "latifúndio feudal". Se por essa designação entendemos algo mais que um simples rótulo de sabor literário, se lhe pretendemos dar, como devemos, um conteúdo econômico e social, preciso e adequado, que permita conclusões de ordem política, e particularmente de natureza revolucionária, então o conceito de latifúndio feudal ou semifeudal é inaplicável e inteiramente descabido no que respeita ao Brasil e à maior e melhor parte de sua estrutura rural".

15. Entre outros, ALBERTO TORRES, *O problema nacional brasileiro*; SILVIO ROMERO, *Ensaio de sociologia e literatura*; CRUZ COSTA, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, ed. Civilização Brasileira, 1967, JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, *Aspirações Nacionais e Conciliação e reforma no Brasil; Um desafio histórico-cultural*; SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.
16. "Estudos sobre o desenvolvimento da América Latina freqüentemente são falsos porque alicerçados nos padrões europeus ou norte-americanos, considerados internacionais" concluiu o "Seminário Internacional de Cientistas Sociais", sobre indicadores sociais de desenvolvimento nacional na América Latina, reunido em Brasília, em maio de 1972, cujo tema central foi o estudo das situações originais latino-americanas "que nada tem a ver com modelos europeus, nem se assemelham ao que ocorre em outros países do Terceiro Mundo".